

## 4

### Definindo o Preconceito

#### 4.1

##### Definições gerais

O preconceito, entendido como um constructo científico autônomo, começou a ser estudado atentamente por psicólogos na década de 20 (Duckitt, 1992).<sup>28</sup> A partir de então, as causas e conseqüências do preconceito têm sido sistematicamente investigadas por diversos autores, entre eles o norte-americano Gordon Allport que em 1954 publicou seu livro clássico *The Nature of Prejudice* (Allport, [1954] 1979). Este autor mencionou a influência de traços de personalidade, emoções e cognições no aparecimento do preconceito, mas grande parte dos estudos recentes parece aceitar a idéia de que um dos fatores mais relevantes no que concerne ao preconceito é de que ele é histórica e socialmente construído:

... segregação, preconceito e discriminação (...) não são resultados inevitáveis de processos biológicos ou cognitivos. Argumentamos, pelo contrário, que eles refletem a emergência histórica de comportamentos e sistemas de crenças específicos que equacionam diferenças físicas e culturais com “bondade” ou “maldade” dentro da espécie humana. Tais comportamentos e crenças surgirão apenas como uma conseqüência de histórias de opressão particulares. (Gaines & Reed, 1995: 101; tradução nossa)

De forma sucinta, podemos definir o *preconceito* como uma atitude hostil ou negativa<sup>29</sup> para com determinado grupo, baseada em generalizações deformadas ou incompletas (Aronson, 1999). Esta generalização (ou representação mental) é chamada *estereótipo* e significa atribuir características

---

<sup>28</sup> Um sem número de teorias distintas têm sido elaboradas para explicar o preconceito, cada uma destas focalizando determinados aspectos do fenômeno. Apesar de não existir um modelo teórico único que integre todas estas abordagens, o preconceito será analisado neste estudo tomando por base definições com as quais a maioria dos psicólogos sociais parece concordar.

<sup>29</sup> Teoricamente, o preconceito também pode ser positivo, isto é, um indivíduo pode ter preconceito *a favor* de homossexuais; tema que será investigado com maior profundidade no *Estudo de Campo*. Vale ressaltar, contudo, que o termo preconceito é utilizado pela maioria dos psicólogos sociais e pela população leiga para se referir a atitudes negativas.

personais ou motivos idênticos a qualquer pessoa de um grupo, independentemente da variação individual existente entre os membros deste<sup>30</sup>. Os estereótipos são ao mesmo tempo a causa e a consequência do preconceito e ambos (estereótipo e preconceito) geram *discriminação* contra o grupo alvo, apesar de poder haver discriminação independente destes dois fatores (Augoustinos & Walker, 1995). No que se refere à discriminação, esta pode ir desde um tratamento diferenciado, passando por expressões verbais hostis e de desprezo, chegando ou não a atos manifestos de agressividade. Em outras palavras, podemos dizer que o preconceito é uma atitude que englobaria três componentes: o *afeto* (sentimentos ou emoções em relação a um grupo de indivíduos), a *cognição* (os estereótipos) e o *comportamento* (a discriminação). Fiske (1998), por exemplo, distingue entre dois tipos de discriminação: *quente* e *fria*. Discriminação *quente* seria aquela baseada em repulsa, ressentimento, hostilidade e raiva, comum, por exemplo, entre religiosos fundamentalistas<sup>31</sup> e indivíduos com traços autoritários. A discriminação *fria*, por sua vez, é frequentemente baseada em estereótipos relativos aos interesses, conhecimentos e motivações do membro do grupo minoritário. Exemplos deste fenômeno podem ser encontrados em muitos casos de discriminação trabalhista, onde determinados indivíduos não são contratados ou promovidos devido a estereótipos relativos a seu grupo social. Assim, um homem pode deixar de ser contratado como professor de uma creche porque não possuiria “instinto maternal”. Apesar de não haver unanimidade em torno dessas divisões, acreditamos que elas são de extrema importância, e uma análise separada dos conceitos de estereótipo e rótulo será indispensável para uma compreensão adequada do preconceito contra os homossexuais.

---

<sup>30</sup> O conceito de estereótipo será analisado em maior detalhe abaixo. Não obstante, remetemos o leitor especificamente interessado neste tema ao excelente trabalho de Pereira (2002).

<sup>31</sup> O *fundamentalismo religioso* pode ser definido como “a crença de que existe um grupo de ensinamentos religiosos que contém claramente a verdade fundamental, básica, intrínseca, essencial e inequívoca sobre a humanidade e Deus (...) (e) que esta verdade deve ser seguida nos dias de hoje de acordo com práticas fundamentais e imutáveis do passado.” (Altemeyer & Hunsberger, 1992: 118; tradução nossa; parênteses nossos). Segundo Friedman e Downey (1994), uma religiosidade fundamentalista é frequentemente acompanhada por preconceito e baixos índices de aceitação de indivíduos, crenças ou valores que sejam diferentes de uma visão moral percebida como superior.

## 4.2

### Estereótipo e rótulo

Etimologicamente, o termo *estereótipo* deriva de duas palavras gregas: *stereos* (que significa “rígido”) e *túpos* (“traço”). De acordo com Augoustinos e Walker (1995), a palavra foi cunhada em 1798 em referência a um processo de impressão, sendo utilizada em seu sentido atual pelo jornalista norte-americano Walter Lippman apenas em 1922. Na impressão, o estereótipo é um molde de metal utilizado para fazer imagens repetidas e idênticas de um caracter em um pedaço de papel. Assim, Lippman usou o termo por analogia, referindo-se ao modo pelo qual as pessoas aplicam o mesmo caracter à impressão que têm de determinados grupos de indivíduos.

... o termo refere-se a crenças compartilhadas acerca de atributos – geralmente traços de personalidade – ou comportamentos costumeiros de certas pessoas ou grupos de pessoas. Mais especificamente, **seja através de uma representação mental de um grupo social e de seus membros, ou de um esquema – uma estrutura cognitiva que representa o conhecimento de uma pessoa acerca de outra pessoa, objeto ou situação – tendemos a enfatizar o que há de similar entre pessoas, não necessariamente similares, e a agir de acordo com esta percepção.** (Rodrigues e cols., 2000: 152)

O estereótipo, em si, pode ser entendido como um comportamento funcional e adaptativo, pois com frequência é uma forma de simplificar e agilizar nossa visão do mundo, julgando pessoas ou situações em termos de categorias (Paul, 1998). Como vivemos sobrecarregados de informações, tendemos a nos poupar de gastos desnecessários de tempo e energia cognitivas e utilizamos o estereótipo como um atalho para entender o complexo mundo que nos rodeia, particularmente quando estamos em situações ambíguas, apressados, distraídos, preocupados, inseguros, cansados, emocionalmente excitados, quando somos jovens demais para absorver a diversidade ou se estamos julgando indivíduos desconhecidos. Assim, este atalho pode ser correto, incorreto, positivo, neutro ou negativo. A consequência negativa do estereótipo, no entanto, está nas generalizações incorretas que rotulam as pessoas e não permitem que estas sejam enxergadas (e tratadas) como indivíduos singulares com características próprias,

negando-lhes direitos morais e legais. Neste sentido, o estereótipo também pode ser analisado como uma forma de controle social (Barcelos, 1998).

Como nos aponta Devine (1989), tanto indivíduos preconceituosos como aqueles que não o são estão amplamente familiarizados com os estereótipos utilizados para rotular determinados grupos sociais. Desta forma, esta autora distinguiu entre o que ela cunhou de *ativação automática* e *ativação controlada* de estereótipos. A ativação automática ocorreria da seguinte maneira: visto que alguns estereótipos são amplamente disseminados na nossa cultura, estes sobrevêm à nossa mente assim que nos deparamos com certas pessoas. Após este processo automático, no entanto, um indivíduo não-preconceituoso pode conscientemente refletir sobre o que acabou de pensar sobre aquela pessoa e reavaliar sua primeira impressão. Neste caso, o indivíduo teria entrado na ativação controlada do estereótipo, impedindo que este prossiga adiante e se transforme em discriminação. Deve ficar claro, no entanto, que mesmo após o controle do estereótipo é possível que este apareça (muitas vezes com força redobrada) através de comportamentos não-verbais tais como expressões, postura, contato visual e a distância física que colocamos entre nós mesmos e certos indivíduos. Estudos conduzidos por outros autores (e.g. Augoustinos & Walker, 1995) sugerem uma alternativa a este modelo teórico, afirmando que estereótipos são automaticamente ativados por todas as pessoas, mas que indivíduos não-preconceituosos ativariam tanto estereótipos positivos quanto negativos, ao contrário de indivíduos preconceituosos que ativariam apenas estereótipos negativos. Em outras palavras, as representações mentais que ambos sujeitos têm são diferentes.

Faz-se importante aqui uma definição mais apropriada do termo *rótulo*, utilizado acima, pois este é, na verdade, um tipo particular de estereótipo<sup>32</sup>. Assim, facilitamos nossas relações interpessoais se atribuirmos aos outros determinados rótulos que nos permitam antecipar certos comportamentos. Atribuir um rótulo a um indivíduo distorce nossa percepção, pois nos predispõe a encontrar comportamentos que sejam compatíveis com o rótulo. Segundo Aronson (1999), frente a esta distorção, duas coisas podem ocorrer. Em primeiro lugar, comportamentos que não estejam em harmonia com o rótulo podem passar despercebidos ou serem deturpados para se adequarem a ele. Em segundo, as

---

<sup>32</sup> Apesar dos termos *estereótipo* e *rótulo* possuírem uma diferença sutil, eles serão utilizados, a partir deste momento, como sinônimos.

expectativas ditadas pelo rótulo podem nos fazer agir de tal forma que acabamos por induzir o indivíduo rotulado a se comportar da maneira que esperamos, reforçando o estereótipo inicial. Este fenômeno, que ocorre de forma não-consciente, é denominado *profecia auto-realizadora*.

A chamada profecia auto-realizadora é uma consequência da ação dos esquemas sociais. Consiste na exibição de um padrão de comportamentos, que, guiado por esquemas, faz com que a pessoa alvo deste comportamento seja influenciada por ele e responda de forma coerente com as expectativas. (Rodrigues e cols., 2000: 82)

Como nos aponta Rosenhan (1973), o rótulo influencia enormemente nossa percepção do comportamento de um indivíduo, pois, uma vez atribuído, nós temos a tendência a perceber seus comportamentos de acordo com o rótulo imputado, mesmo diante de fatos que o contradigam. Segundo este mesmo autor, uma das funções do rótulo seria “explicar” o mundo no qual vivemos. Desta forma, rótulos de características de personalidade são imputados a um determinado indivíduo quando a origem ou o estímulo que causaram seu comportamento são remotos ou desconhecidos, ou quando o comportamento parece ser imutável. Por outro lado, quando as origens e o estímulo são conhecidos e se prestam a explicações “racionais”, o discurso se limita ao comportamento em si. Assim, a maioria dos estereótipos (ou rótulos) não se baseia em experiências válidas, mas se originam das posições sócio-econômicas que determinados grupos mantêm na sociedade, além de serem influenciados por boatos ou imagens muitas vezes forjadas pelos meios de comunicação de massa. Indivíduos estereotipados, freqüentemente cientes dos rótulos imputados a seu grupo, acabam por desenvolver um alto grau de apreensão quando entram em contato com outros indivíduos, pois temem que seu comportamento espontâneo acabe por confirmar os estereótipos. A este fenômeno chamamos de *ameaça do estereótipo*. Por outro lado, Greenberg (1988) reconhece que indivíduos e grupos também podem se auto-rotular, rejeitar rótulos imputados a eles ou negociar quais rótulos devem ser aplicados.

Tal como vimos acima, rótulos e estereótipos são uma forma especial de atribuição de causalidade, isto é, na ocorrência de um evento ou comportamento específico as pessoas tendem a atribuir-lhe uma causa. Na maioria das vezes, esta

é uma tendência humana funcional que nos permite ir além da informação disponível no momento e tomar as decisões apropriadas. O problema com este tipo de atribuição é que com frequência a pessoa “adivinha” o que causou o comportamento ou evento, o que pode fazer com que a interpretação seja correta, incorreta, funcional ou disfuncional. Indivíduos preconceituosos ou aqueles que se encontram em situações particularmente ambíguas tendem a fazer atribuições com base em estereótipos. Desta forma, o preconceito parece estar baseado em um círculo vicioso: ele causa tipos particulares de atribuições negativas que por sua vez intensificam o preconceito. Igualmente grave parece ser o estereótipo do papel de gênero ou orientação sexual, posto que, nos casos em que ele é suficientemente forte, os membros do grupo alvo tendem a aceitá-lo e a se comportarem de acordo com as expectativas (Myers, 2000). *“Nossa reputação, independente de ser verdadeira ou falsa, não pode ser martelada, martelada, martelada, na nossa cabeça sem modificar de alguma forma o nosso caráter”* (Allport, [1954] 1979: 142; tradução nossa).

Allport ([1954] 1979) achava que os efeitos da vitimização podiam ser reduzidos a dois tipos básicos: os que envolvem culpar a si mesmo (recolhimento, ódio de si mesmo, hostilidade contra o próprio grupo) e os que envolvem culpar causas externas (retaliação, suspeita, aumento do orgulho grupal). No primeiro caso, o sentimento de desamparo e impotência que atinge o oprimido leva, muitas vezes, a uma diminuição drástica de sua auto-estima, tornando estes indivíduos mais vulneráveis à depressão (Crocker e cols., 1998). Uma pessoa deprimida e com auto-estima abalada acaba por se convencer de que não é igual aos outros cidadãos e de que não merece ter os mesmos direitos destes, sobretudo se o sentimento de inferioridade for acompanhado de culpa. Crocker e Major (1989), por exemplo, descobriram que membros de grupos minoritários que culpam a si mesmos pelas dificuldades que experienciam tendem a possuir uma auto-estima mais baixa do que indivíduos que culpam a sociedade pelos mesmos problemas. Neste sentido, estes autores descrevem a função de auto-proteção de atribuir dificuldades pessoais a causas externas tais como o preconceito. Culpar forças externas pode também gerar outras conseqüências benéficas, tais como a constituição de determinados tipos de comunidade, mas pode igualmente favorecer um aumento de criminalidade por parte do grupo vitimizado. Este tipo

de efeito negativo acaba reforçando e justificando a discriminação do grupo, criando um círculo vicioso de hostilidade.

### 4.3

#### Possíveis causas e métodos de redução do preconceito

No que se refere às “causas” do preconceito, podemos classificá-las, didaticamente, em quatro grandes categorias: competição e conflitos econômicos e políticos; o papel do “bode expiatório” (também chamada de “deslocamento de agressividade”); fatores de personalidade; e causas sociais (aprendizagem, conformidade e categorização). A seguir explicaremos, brevemente, cada uma destas teorias.

De acordo com a teoria do *Conflito Grupal Realista*, a competição e os conflitos (econômicos, políticos ou ligados ao status social) são uma poderosa fonte de preconceito, pois quando objetivos antagônicos estão em jogo um determinado grupo tentaria depreciar seu grupo adversário estimulando estereótipos e preconceitos. “*Aparentemente, é mais fácil atacar – sem remorsos – um adversário, se o mesmo for dotado de péssimas características de personalidade, hábitos nocivos ou se for claramente mal intencionado.*” (Rodrigues e cols., 2000: 167-168). Assim, um estereótipo negativo imputado ao adversário justifica a discriminação deste e une os membros *dentro-do-grupo* contra os indivíduos *fora-do-grupo*. O comportamento discriminatório, por sua vez, intensifica os estereótipos e o preconceito.

O papel do *bode expiatório* pode ser compreendido como uma derivação da causa anterior. Uma vez que competições e conflitos econômicos geram raiva, hostilidade, frustração e infelicidade, estes sentimentos negativos precisam ser direcionados a alguém. Na maior parte das vezes, no entanto, a causa objetiva do sofrimento é muito vaga, muito poderosa ou é nossa própria culpa, o que faz com que a raiva acabe sendo deslocada para grupos minoritários visíveis, sem poder, e pelos quais as pessoas que já sintam, de antemão, um grau considerável de repulsa. O termo *bode expiatório*, que designa estes indivíduos que levam a culpa de algo mesmo que sejam inocentes, teria surgido de um costume entre os antigos hebreus. De acordo com Aronson (1999), durante os dias de expiação de culpas da tribo, o sacerdote colocava suas mãos na cabeça de um bode enquanto recitava os

pecados do povo, transferindo-os simbolicamente para o bode. O animal era então abandonado no deserto levando consigo os pecados da tribo e purificando-a de seus erros. Assim, ao encontrar um bode expiatório para levar a culpa de determinados problemas sociais o indivíduo encontra uma explicação “racional” previsível e controlável, além de eximir-se de responsabilidade pessoal, o que por sua vez diminui o sentimento de culpa e eleva a auto-estima (Staub, 1989).

A idéia de que algumas pessoas (devido à educação recebida na infância) estariam mais predispostas a serem preconceituosas tomou forma com a teoria da *Personalidade Autoritária*<sup>33</sup>, desenvolvida no período após a Segunda Guerra Mundial por Adorno e colaboradores, apesar da idéia já estar sendo investigada desde 1938 por outros autores (Augoustinos & Walker, 1995). Um indivíduo com personalidade autoritária seria rígido em suas crenças e opiniões, intolerante para com demonstrações de fraqueza (em si e nos outros), pronto a abraçar valores convencionais, desconfiado (de idéias ou pessoas diferentes), propenso a adotar medidas punitivas, respeitoso e submisso a figuras de autoridade de seu grupo, além de rejeitar pessoas que não fazem parte de seu círculo de relações. Para estes pesquisadores, a personalidade autoritária seria resultado de uma infância marcada pelos seguintes acontecimentos:

Quando crianças, tais pessoas teriam sido duramente disciplinadas, com seus pais sendo muito punitivos, usando ainda do artifício de manipular manifestações de afeto para obter respostas de obediência por parte delas. Isso tornaria as crianças inseguras, dependentes e muito ambivalentes para com os próprios pais: amando-os e odiando-os concomitantemente. O ódio reprimido, inconsciente, mais tarde afluiria, só que dirigido a grupos minoritários e desprotegidos. Tal tipo de educação ajudaria a formar um adulto preocupado com questões de status e poder, rígido, intolerante e com dificuldades em lidar com situações de ambigüidade. (Rodrigues e cols., 2000: 170-171)

Dentre as críticas levantadas contra esta teoria podemos citar o fato de que pais preconceituosos tendem a criar filhos preconceituosos, independente do tipo de educação que seja utilizada em casa. Visto que crianças se identificam com seus pais e com freqüência imitam seus comportamentos, não é difícil supor que acabem aprendendo a serem preconceituosas desde cedo, mesmo que não adquiram uma personalidade autoritária no futuro. Apesar das críticas, no entanto,

---

<sup>33</sup>O grau de autoritarismo de um indivíduo em particular pode ser aferido através de um instrumento chamado de *Escala F* (a letra *F* representando a palavra *fascismo*), criado pelo próprio Adorno e seus colaboradores.

estudos recentes têm confirmado a influência do autoritarismo como um traço de personalidade que predispõe a manifestação de preconceitos contra quaisquer grupos minoritários (Myers, 2000).

As causas sociais do preconceito (aprendizagem, conformidade e categorização) sugerem que este fenômeno é criado e mantido por forças sociais e culturais. Assim, de acordo com a *teoria da aprendizagem social*, preconceitos e estereótipos seriam parte de um conjunto de normas sociais, isto é, as crenças de uma sociedade acerca dos comportamentos que são corretos e permitidos. Visto que estas crenças não são universais, o que é aceitável para uma cultura pode não o ser para outra. Os indivíduos aprenderiam desde cedo (em casa, na escola, na Igreja, com amigos e através da mídia e das artes) as atitudes e comportamentos partilhados pela sua comunidade, incluindo, claro, preconceitos e estereótipos, sobretudo se estes forem endossados por leis. De acordo com Monteith (citado por Paul, 1998), por exemplo, crianças de 5 anos de idade já possuiriam estereótipos arraigados sobre determinados grupos sociais (tais como negros, mulheres ou homossexuais), independente da educação recebida em casa.

A *conformidade* seria, na verdade, uma derivação da teoria da aprendizagem social: de tanto experienciarem relações de desigualdade os indivíduos acabam percebendo estas situações como naturais e se conformam com o fato. Com o intuito de ser aceito, não sofrer punições ou realmente acreditar na veracidade destas normas, o indivíduo termina corroborando determinados preconceitos que se perpetuam ao longo do tempo. De acordo com esta teoria, pessoas que são mais conformistas também são mais preconceituosas, sendo o preconceito mais uma coisa com a qual se conformar (Myers, 2000). A teoria da conformidade pode igualmente explicar a correlação entre a personalidade autoritária e o preconceito: visto que indivíduos autoritários tendem a ser mais conformistas no que se refere às normas e valores de sua cultura, seu elevado grau de preconceito poderia ser consequência desta atitude e não de uma estrutura de personalidade específica. Podemos supor, da mesma forma, que a conformidade para com uma norma preconceituosa seja simplesmente resultado da inexistência de informação correta e da preponderância de estereótipos negativos transmitidos através de boatos ou dos meios de comunicação de massa. Dada nossa tendência em aceitar como verdade aquilo que vemos representado com maior frequência (a não ser que existam razões poderosas para que isto não ocorra), torna-se

extremamente difícil levar em consideração informações mais corretas se estas não são apresentadas. Assim, tal como exposto acima, os meios de comunicação de massa e as artes adquirem um papel fundamental na construção e perpetuação de estereótipos, devendo ser levadas em consideração durante qualquer tentativa de análise do fenômeno do preconceito.

Sem dúvida a mídia e as artes são hoje poderosos disseminadores de opiniões e verdadeiros agentes de socialização, e seu peso na transmissão de estereótipos e preconceitos ainda não foi devidamente avaliado, no que toca à sua decisiva ascendência sobre nossos comportamentos e atitudes. (Rodrigues e cols., 2000: 173)

Finalmente, podemos definir *categorização social* como um modo pelo qual processamos psicologicamente informações, categorizando as pessoas (ou fabricando esquemas), o que leva muitas vezes à formação de estereótipos negativos. Dito de outra forma, com o intuito de facilitar nossa compreensão do mundo, o processo de categorização social divide as pessoas em grupos (*os seus próprios* versus *os dos outros*) com a conseqüente discriminação do grupo que não é o seu. Assim, com a motivação de elevar nossa auto-estima, teríamos sentimentos positivos por membros de nosso grupo e sentimentos negativos por membros de outros grupos.

A explicação desses vieses refere-se à força da necessidade do pertencimento social: o engajamento e a implicação emocional com relação ao grupo ao qual pertencemos, conduzem a nele investir sua própria identidade. A imagem que temos de nós próprios encontra-se assim ligada à que temos de nosso grupo, o que nos conduz a defendermos os valores dele. (Jodelet, 1999: 61)

Segundo Tajfel e Turner (1979), a mera percepção de fazer parte de um entre dois grupos distintos (isto é, a categorização social em si) é suficiente para provocar competição e discriminação a favor dos membros *dentro-do-grupo*. Este fenômeno explicaria, em parte, porque o preconceito se apresenta como uma atitude quase universal. Augoustinos e Walker (1995), no entanto, fazem uma importante ressalva: nem todo indivíduo dentro de um grupo se diferencia positivamente de membros de um grupo distinto. Entre grupos estigmatizados (tais como os homossexuais) uma relativa desvalorização intra-grupal não é incomum. Deste modo, talvez o fenômeno da valorização do próprio grupo ocorra

apenas entre indivíduos que pertençam a grupos majoritários ou estereotipados de forma positiva.

Apesar do preconceito ser um fenômeno complexo que apresenta uma série de causas (tanto grupais quanto individuais) interligadas, sabe-se que ele pode ser reduzido através de contato, desde que esta interação ocorra sob determinadas condições (Fiske, 1998; Staub, 1989). Desta forma, o preconceito entre grupos pode ser reduzido quando ambos grupos estão em igualdade de status e buscando objetivos comuns que só podem ser alcançados através de cooperação, sobretudo se estes contatos forem apoiados institucionalmente (através de leis, por exemplo). O processo de cooperação diminui as barreiras entre os grupos na medida em que provoca uma mudança nas categorias cognitivas, isto é, passamos a considerar membros do grupo oposto como fazendo parte do nosso grupo porque precisamos deles para atingir determinados objetivos. Se durante o contato a experiência for positiva de um modo geral, é ainda mais provável que ocorra uma redução no preconceito. Vale ressaltar que a mera veiculação de informações corretas sobre um determinado grupo (as “campanhas anti-preconceito”) não são eficazes em mudar estereótipos, já que, como vimos acima, informações que contradizem nossas crenças são freqüentemente rejeitadas, ignoradas ou distorcidas. A estratégia do contato, por outro lado, faria com que uma mudança no *comportamento* alterasse as *atitudes*.